

Mario Soares

As primeiras palavras do presidente cessante do Parlamento Europeu, Martin Schulz, na abertura da sessão plenária que decorreu de 16 a 19 de janeiro, em Estrasburgo, foram dedicadas a **Mário Soares**, “*símbolo da luta pela democracia*” em Portugal e na Europa.

ver pág.3

Direitos Sociais

O Parlamento Europeu aprovou o relatório da eurodeputada socialista Maria João Rodrigues sobre o **Pilar Europeu dos Direitos Sociais**. Os parlamentares propõem que seja adotada uma diretiva sobre condições de trabalho dignas em todas as formas de emprego, incluindo as atípicas, como o trabalho intermediado por plataformas digitais.

ver pág.12

Branqueamento de Capitais

O Parlamento Europeu rejeitou a lista proposta pela Comissão dos **países terceiros de risco elevado de branqueamento de capitais** e de financiamento do terrorismo por ser demasiado restritiva.

ver pág.15

em destaque:

Eleito novo Presidente do PE

O eurodeputado italiano do Partido Popular Europeu, **Antonio Tajani**, foi eleito esta noite **Presidente do Parlamento Europeu** com 351 votos, contra 282 de Gianni Pittella. Tajani é o 30º presidente da assembleia europeia, a única instituição eleita diretamente pelos cidadãos europeus.

“*A partir de hoje serei presidente de todos. Representarei todos os eurodeputados e todos os grupos políticos*”, disse **Antonio Tajani** depois de o presidente cessante, **Martin Schulz**, lhe dar o lugar da presidência.

Resultados da quarta volta

1. Antonio Tajani (PPE, IT) - 351 votos
2. Gianni Pittella (S&D, IT) - 282 votos

Os anteriores presidentes do Parlamento Europeu foram, desde 1989:

Sessão de julho de 1989: Enrique Barón CRESPO (PES, ES)

- eleito à primeira volta com 301 votos (votos expressos: 475)

Sessão de janeiro de 1992: Egon KLEPSCH (EPP, DE)

- eleito à primeira volta com 253 votos (votos expressos: 446)

Sessão de julho de 1994: Klaus HÄNSCH (PES, DE)

- eleito à primeira volta com 365 votos (votos expressos: 452)

Sessão de janeiro de 1997: José Maria GIL ROBLES (EPP, ES)

- eleito à primeira volta com 338 votos (votos expressos: 515)

Sessão de julho de 1999: Nicole FONTAINE (EPP-ED, FR)

- eleita à primeira volta com 306 votos (votos expressos: 555)

Sessão de janeiro de 2002: Pat COX (ELDR, IE)

- eleito à terceira volta com 298 votos (votos expressos: 568)

Sessão de julho de 2004: Josep BORRELL FONTELLES (PES, ES)

- eleito à primeira volta com 388 votos (votos expressos: 647)

Sessão de janeiro de 2007: Hans-Gert PÖTTERING (EPP-ED, DE)

- eleito à primeira volta com 450 votos (votos expressos: 689)

Sessão de julho de 2009: Jerzy BUZEK (EPP, PL)

- eleito à primeira volta com 555 votos (votos expressos: 644)

Sessão de janeiro de 2012: Martin SCHULZ (S&D, DE)

- eleito à primeira volta com 387 votos (votos expressos: 670)

Sessão de julho de 2014: Martin SCHULZ (S&D, DE)

- eleito à primeira volta com 409 votos (votos expressos: 612)

ver pág. 9

Índice

Parlamento Europeu respeita minuto de silêncio por Mário Soares.....	3
Eurodeputados elegem amanhã novo presidente do Parlamento Europeu.....	3
Eleições no PE: Apresentações dos seis candidatos a presidente.....	6
Eleições no PE: Nenhum dos candidatos eleito à primeira volta.....	7
Eleições no PE: Ainda não há presidente, terceira volta.....	7
Tajani e Pittella concorrem à quarta volta das eleições para presidente do Parlamento Europeu.....	8
Antonio Tajani é o novo presidente do Parlamento Europeu.....	9
Eleitos os 14 vice-presidentes e os cinco questores do Parlamento Europeu....	9
Eurodeputados portugueses nomeados para as comissões parlamentares.....	11
Eurodeputados aprovam relatório sobre Pilar Europeu dos Direitos Sociais... 	12
Parlamento Europeu quer nova “lista negra” de países de risco de branqueamento de capitais.....	15
Ordem da sessão.....	16

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Parlamento Europeu respeita minuto de silêncio por Mário Soares

As primeiras palavras do presidente cessante do Parlamento Europeu, Martin Schulz, na abertura da sessão plenária que decorreu de 16 a 19 de janeiro, em Estrasburgo, foram dedicadas a Mário Soares. Os eurodeputados respeitaram um minuto de silêncio em memória do antigo Chefe de Estado português, que foi um “símbolo da luta pela democracia” em Portugal e na Europa.

“Mário Soares opôs-se à ditadura e foi um símbolo da luta pela democracia. Enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros, primeiro-ministro e Presidente da República em Portugal, foi uma figura central na transição do país para a democracia e na adesão de Portugal à Comunidade Europeia”, disse o presidente do Parlamento Europeu.

Para a Europa, Soares foi *“um proeminente estadista, um visionário, um reformador pragmático e um democrata fiel”*, acrescentou Martin Schulz, lembrando também as suas atividades no Parlamento Europeu de 1999 a 2004. *“É nosso dever honrar e defender o seu legado”*, concluiu.

Martin Schulz enviou, em nome do Parlamento Europeu, as condolências à família e amigos do antigo Chefe de Estado português, que faleceu no dia 7 de janeiro.

O presidente do Parlamento Europeu esteve presente na passada terça-feira nas cerimónias fúnebres de Mário Soares, em Lisboa.

Eurodeputados elegem amanhã novo presidente do Parlamento Europeu

Os nomes dos sete candidatos à presidência do Parlamento Europeu foram oficialmente anunciados pelo presidente cessante, Martin Schulz, na abertura da sessão plenária.

Os atuais candidatos são (por ordem alfabética do último nome):

- Eleonora Forenza - Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (CEUE/EVN), Itália, 40 anos
- Jean Lambert - Verdes/Aliança Livre Europeia (Verdes/ALE), Reino Unido, 66 anos
- Gianni Pittella - Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas (S&D), Itália, 58 anos
- Laurențiu Rebegea - Europa das Nações e da Liberdade (ENF), Roménia, 40 anos
- Helga Stevens - Conservadores e Reformistas Europeus (ECR), Bélgica, 48 anos
- Antonio Tajani - Partido Popular Europeu (PPE), Itália, 63 anos

- Guy Verhofstadt - Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa (ALDE), Bélgica, 63 anos

Cada um dos candidatos a presidente fará uma apresentação de três minutos no hemicírculo de Estrasburgo, seguindo-se a votação por escrutínio secreto.

As candidaturas à presidência do PE podem ser apresentadas por um grupo político ou por um mínimo de 38 deputados. De acordo com o novo Regimento do PE, aprovado em dezembro, podem ser apresentadas novas candidaturas antes de cada uma das voltas do escrutínio, exceto na quarta volta, em que apenas poderão concorrer os dois candidatos que na terceira volta tenham obtido maior número de votos.

A eleição processa-se por escrutínio secreto. É entregue a cada eurodeputado um boletim de voto com os nomes dos candidatos, devendo este assinalar com uma cruz o quadrado correspondente ao nome do candidato da sua escolha. Logo que o presidente cessante anuncie a abertura do escrutínio, cada eurodeputado deve dirigir-se à urna assinalada com a letra correspondente à inicial do seu apelido. A contagem dos votos será feita por oito escrutinadores tirados à sorte entre os deputados.

Para ser eleito à primeira volta, um candidato tem de obter a maioria absoluta dos votos expressos válidos, ou seja, metade mais um.

Se nenhum candidato for eleito, será realizada uma segunda volta com os mesmos candidatos ou outros, nas mesmas condições. Isto pode ser repetido numa terceira volta.

Se, no terceiro escrutínio, nenhum dos candidatos for eleito, só poderão candidatar-se à quarta volta os dois candidatos que na terceira volta tenham obtido maior número de votos, sendo eleito o candidato mais votado, por maioria simples (em caso de empate, será eleito o candidato mais idoso).

O presidente do PE dirige as atividades da instituição, preside às sessões plenárias, declara o orçamento da UE aprovado e assina, juntamente com o presidente do Conselho, os atos legislativos adotados de acordo com o processo de codecisão. Cabe-lhe também, entre outras funções, representar o PE na cena internacional, em cerimónias oficiais e nas relações com as outras instituições europeias.

O presidente cessante, Martin Schulz, presidirá à sessão até ser proclamada a eleição do novo presidente.

Todos os cargos eletivos no PE, como o de presidente, vice-presidente e questor, são renovados de dois anos e meio em dois anos e meio, ou seja, uma vez no início da legislatura (na sessão plenária de 1 a 3 de julho de 2014, após as últimas eleições europeias) e outra a meio dos cinco anos (neste caso, na sessão de 16 a 19 de janeiro de 2017). A eleição dos 14 vice-presidentes e dos cinco questores realiza-se na quarta-feira, dia 18 de janeiro.

Anteriores presidentes do Parlamento Europeu

Presidentes do PE de 1952 a 1979

1952 - 1954 - Paul-Henri SPAAK (Soc, BE)
1954 - Alcide DE GASPERI (CD, IT)
1954 - 1956 Giuseppe PELLA (CD, IT)
1956 - 1958 Hans FURLER (CD, DE)
1958 - 1960 Robert SCHUMAN (CD, FR)
1960 - 1962 Hans FURLER (CD, DE)
1962 - 1964 Gaetano MARTINO (L, IT)
1964 - 1965 Jean DUVIEUSART (CD, BE)
1965 - 1966 Victor LEEMANS (CD, BE)
1966 - 1969 Alain POHER (CD, FR)
1969 - 1971 Mario SCALBA (CD, IT)
1971 - 1973 Walter BEHRENDT (Soc, DE)
1973 - 1975 Cornelis BERKHOUWER (L, NL)
1975 - 1977 Georges SPENALE (Soc, FR)
1977 - 1979 Emilio COLOMBO (CD, IT)

Presidentes do PE desde 1979 (após as primeiras eleições ao PE por sufrágio direto)

Sessão de julho de 1979: Simone VEIL (LDR, FR)
- eleita à segunda volta com 192 votos (votos expressos: 377)

Sessão de janeiro de 1982: Pieter DANKERT (PES, NL)
- eleito à quarta volta com 191 votos (votos expressos: 366)

Sessão de julho de 1984: Pierre PFLIMLIN (EPP, FR)
- eleito à segunda volta com 221 votos (votos expressos: 403)

Sessão de janeiro de 1987: Lord (Henry) PLUMB (ED, UK)
- eleito à terceira volta com 241 votos (votos expressos: 477)

Sessão de julho de 1989: Enrique Barón CRESPO (PES, ES)
- eleito à primeira volta com 301 votos (votos expressos: 475)

Sessão de janeiro de 1992: Egon KLEPSCH (EPP, DE)
- eleito à primeira volta com 253 votos (votos expressos: 446)

Sessão de julho de 1994: Klaus HÄNSCH (PES, DE)
- eleito à primeira volta com 365 votos (votos expressos: 452)

Sessão de janeiro de 1997: José Maria GIL ROBLES (EPP, ES)
- eleito à primeira volta com 338 votos (votos expressos: 515)

Sessão de julho de 1999: Nicole FONTAINE (EPP-ED, FR)
- eleita à primeira volta com 306 votos (votos expressos: 555)

Sessão de janeiro de 2002: Pat COX (ELDR, IE)

- eleito à terceira volta com 298 votos (votos expressos: 568)

Sessão de julho de 2004: Josep BORRELL FONTELLES (PES, ES)

- eleito à primeira volta com 388 votos (votos expressos: 647)

Sessão de janeiro de 2007: Hans-Gert PÖTTERING (EPP-ED, DE)

- eleito à primeira volta com 450 votos (votos expressos: 689)

Sessão de julho de 2009: Jerzy BUZEK (EPP, PL)

- eleito à primeira volta com 555 votos (votos expressos: 644)

Sessão de janeiro de 2012: Martin SCHULZ (S&D, DE)

- eleito à primeira volta com 387 votos (votos expressos: 670)

Sessão de julho de 2014: Martin SCHULZ (S&D, DE)

- eleito à primeira volta com 409 votos (votos expressos: 612)

Eleições no PE: Apresentações dos seis candidatos a presidente

A eleição do novo presidente do Parlamento Europeu (PE) começa com uma breve apresentação de cada um dos seis candidatos no hemiciclo de Estrasburgo. O candidato do grupo dos liberais, Guy Verhofstadt, retirou a sua candidatura.:

Os eurodeputados portugueses António Marinho e Pinto (ALDE) e Ricardo Serrão Santos (S&D) são dois dos oito escrutinadores tirados à sorte entre os eurodeputados para acompanhar o processo de votação e proceder à contagem dos votos.

Apresentações dos candidatos esta manhã em plenário

Laurentiu Rebeca (ENF, RO)

Jean Lambert (Verdes/ALE, UK)

Eleonora Forenza (CEUE/EVN, IT)

Helga Stevens (ECR, BE) -

Gianni Pittella (S&D, IT)

Antonio Tajani (PPE, IT)

A eleição processa-se por escrutínio secreto e pode desenrolar-se em quatro voltas. As candidaturas podem ser retiradas e novas candidaturas podem ser apresentadas antes da segunda e terceira voltas.

Para ser eleito, um candidato tem de obter a maioria absoluta dos votos expressos válidos. Se, no terceiro escrutínio, nenhum dos candidatos for eleito, só poderão candidatar-se à quarta volta os dois candidatos que na terceira volta tenham obtido maior número de votos, sendo eleito o candidato mais votado, por maioria simples.

Eleições no PE: Nenhum dos candidatos eleito à primeira volta

Nenhum dos candidatos à presidência do Parlamento Europeu obteve a maioria absoluta necessária (342 votos) para ser eleito à primeira volta. O candidato mais votado foi Antonio Tajani, com 274 votos, seguido por Gianni Pittella e Helga Stevens.

Resultados

Votos expressos: 718

Votos inválidos: 35

Votos válidos: 683

Maioria absoluta necessária: 342 votos

1. Antonio Tajani (PPE, IT) - 274 votos
2. Gianni Pittella (S&D, IT) - 183 votos
3. Helga Stevens (ECR, BE) - 77 votos
4. Jean Lambert (Verdes/ALE, UK) - 56 votos
5. Eleonora Forenza (CEUE/EVN) - 50 votos
6. Laurentiu Rebeca (ENF, RO) - 43 votos

As candidaturas podem ser retiradas e novas candidaturas podem ser apresentadas antes da segunda e terceira voltas.

Eleições no PE: Ainda não há presidente, terceira volta

Na segunda volta das eleições para o cargo de presidente do Parlamento Europeu nenhum dos candidatos atingiu a maioria absoluta necessária (346), pelo que se irá realizar uma terceira volta a partir das 17h30.

Apenas duas vezes, em 1987 e em 2002, se realizou uma terceira volta para a eleição do presidente do Parlamento Europeu.

Resultados da segunda volta

Votos expressos: 725

Votos inválidos: 34

Votos válidos: 691

Maioria absoluta necessária: 346

1. Antonio Tajani (PPE, IT) - 287 votos (+13)
2. Gianni Pittella (S&D, IT) - 200 votos (+17)
3. Helga Stevens (ECR, BE) - 66 votos (-11)
4. Jean Lambert (Verdes/ALE, UK) - 51 votos (-5)
5. Laurentiu Rebega (ENF, RO) - 45 votos (+2)
6. Eleonora Forenza (CEUE/EVN) - 42 votos (-8)

Tajani e Pittella concorrem à quarta volta das eleições para presidente do Parlamento Europeu

Antonio Tajani (PPE) e Gianni Pittella (S&D) vão disputar a presidência do Parlamento Europeu na quarta e última volta das eleições. O nome do novo presidente da assembleia europeia deverá ser anunciado por volta das 21h30.

É a segunda vez na história do Parlamento Europeu que se realiza uma quarta volta para eleger o presidente.

Na terceira volta das eleições para o cargo de presidente do PE nenhum dos candidatos obteve a maioria absoluta necessária (346), pelo que se irá realizar uma quarta volta.

De acordo com o Regimento do PE, se, no terceiro escrutínio, nenhum dos candidatos for eleito, só poderão candidatar-se à quarta volta os dois candidatos que na terceira volta tenham obtido maior número de votos, sendo eleito o candidato mais votado, por maioria simples (em caso de empate, será eleito o candidato mais idoso).

Resultados da terceira volta

Votos expressos: 719

Votos inválidos: 29

Votos válidos: 690

Maioria absoluta necessária: 346

1. Antonio Tajani (PPE, IT) - 291 votos (+4)
2. Gianni Pittella (S&D, IT) - 199 votos (-1)
3. Helga Stevens (ECR, BE) - 58 votos (-8)

4. Jean Lambert (Verdes/ALE, UK) - 53 votos (+2)
5. Eleonora Forenza (CEUE/EVN) - 45 votos (+3)
6. Laurentiu Rebeca (ENF, RO) - 44 votos (-1)

Antonio Tajani é o novo presidente do Parlamento Europeu

O eurodeputado italiano do Partido Popular Europeu, Antonio Tajani, foi eleito esta noite presidente do Parlamento Europeu com 351 votos, contra 282 de Gianni Pittella. Tajani é o 30º presidente da assembleia europeia, a única instituição eleita diretamente pelos cidadãos europeus.

“A partir de hoje serei presidente de todos. Representarei todos os eurodeputados e todos os grupos políticos”, disse Antonio Tajani depois de o presidente cessante, Martin Schulz, lhe dar o lugar da presidência.

Resultados da quarta volta

1. Antonio Tajani (PPE, IT) - 351 votos
2. Gianni Pittella (S&D, IT) - 282 votos

Abstenções: 80

Votos válidos: 633

Votos expressos: 713

Eleitos os 14 vice-presidentes e os cinco questores do Parlamento Europeu

Depois da eleição do novo presidente do Parlamento Europeu, Antonio Tajani, os eurodeputados escolheram hoje os 14 vice-presidentes e os cinco questores. Os vice-presidentes podem substituir, quando necessário, o presidente nas suas funções, incluindo presidir às sessões plenárias. Também são membros da Mesa, o órgão responsável por todas as questões administrativas, de pessoal e organizacionais do PE. Os questores tratam das questões administrativas que afetam diretamente os eurodeputados.

Dez vice-presidentes foram eleitos à primeira volta e quatro à segunda volta, por maioria absoluta dos votos expressos.

Vice-presidentes eleitos à primeira volta

Mairead McGuinness (PPE, Irlanda) - 466 votos

Bogusław Liberadzki (S&D, Polónia) - 378 votos

David Sassoli (S&D, Itália) - 377 votos
Rainer Wieland (PPE, Alemanha) - 336 votos
Sylvie Guillaume (S&D, França) - 335 votos
Ryszard Czarnecki (ECR, Polónia) - 328 votos
Ramón Luis Valcarcel Siso (PPE, Espanha) - 323 votos
Evelyne Gebhardt (S&D, Alemanha) - 315 votos
Pavel Telička (ALDE, República Checa) - 313 votos
Ildikó Gáll-Pelcz (PPE, Hungria) - 310 votos

Votos expressos: 680
Votos brancos ou nulos: 62
Votos válidos: 618
Maioria absoluta: 310

Vice-presidentes eleitos à segunda volta

Ioan Mircea Paşcu (S&D, Roménia) - 517 votos
Dimitrios Papadimoulis (CEUE/EVN, Grécia) - 469 votos
Ulrike Lunacek (Verdes/ALE, Áustria) - 441 votos
Alexander Graf Lambsdorff (ALDE, Alemanha) - 393 votos

Votos expressos: 672
Votos brancos ou nulos: 34
Votos válidos: 638
Maioria absoluta: 320

A ordem de precedência dos vice-presidentes é determinada pela ordem segundo a qual foram eleitos.

Questores

Os cinco questores foram eleitos por aclamação. A ordem de precedência foi estabelecida por votação eletrónica.

Elisabeth Morin-Chartier (PPE, França) - 459 votos
Andrey Kovatchev (PPE, Bulgária) - 432 votos
Vladimir Manka (S&D, Eslováquia) - 332 votos
Catherine Bearder (ALDE, Reino Unido) - 313 votos
Karol Karski (ECR, Polónia) - 213 votos

Todos os cargos eletivos no PE, como o de presidente, vice-presidente e questor, são renovados de dois anos e meio em dois anos e meio, ou seja, uma vez no início da legislatura (na sessão plenária de 1 a 3 de julho de 2014, após as últimas eleições europeias) e outra a meio dos cinco anos (neste caso, na sessão plenária de janeiro de 2017).

Eurodeputados portugueses nomeados para as comissões parlamentares

O Parlamento Europeu aprovou a lista dos membros efetivos das 22 comissões parlamentares permanentes. As comissões dos Assuntos Económicos e Monetários, do Emprego e Assuntos Sociais e das Pescas são as que têm mais eurodeputados portugueses, como na primeira metade da legislatura.

A decisão aprovada em plenário contém a lista dos membros titulares (efetivos) das comissões parlamentares. Os eurodeputados podem ainda acompanhar os trabalhos de outras comissões como membros suplentes, tendo direito a assistir às reuniões das mesmas, a usar da palavra e, em caso de ausência do membro titular, a participar nas votações.*

As comissões parlamentares vão eleger os respetivos presidentes e vice-presidentes nas primeiras reuniões após a sessão plenária, que se realizam em Bruxelas.

Eurodeputados portugueses por comissão parlamentar - membros titulares

Comissão dos Assuntos Externos: Francisco Assis (S&D)

Comissão dos Orçamentos: José Manuel Fernandes (PPE) e Manuel dos Santos (S&D)

Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários: Pedro Silva Pereira (S&D), Marisa Matias e Miguel Viegas (CEUE/EVN)

Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais: Sofia Ribeiro (PPE), Maria João Rodrigues (S&D) e João Pimenta Lopes (CEUE/EVN)

Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar: José Inácio Faria (PPE)

Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia: Carlos Zorrinho (S&D)

Comissão do Mercado Interno e da Proteção dos Consumidores: Carlos Coelho (PPE)

Comissão dos Transportes e do Turismo: Cláudia Monteiro de Aguiar (PPE)

Comissão do Desenvolvimento Regional: Fernando Ruas (PPE) e Liliana Rodrigues (S&D)

Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural: Nuno Melo (PPE) e Ricardo Serrão Santos (S&D)

Comissão das Pescas: Ricardo Serrão Santos (S&D), António Marinho e Pinto (ALDE) e João Ferreira (CEUE/EVN)

Comissão dos Assuntos Jurídicos: António Marinho e Pinto (ALDE)

Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos: Ana Gomes (S&D)

Comissão dos Assuntos Constitucionais: Paulo Rangel (PPE) e Pedro Silva Pereira (S&D)

Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros: Liliana Rodrigues (S&D) e João Pimenta Lopes (CEUE/EVN)

Subcomissão dos Direitos do Homem: Francisco Assis (S&D)

Subcomissão da Segurança e da Defesa: Ana Gomes (S&D)

As comissões parlamentares do Desenvolvimento, do Comércio Internacional, do Controlo Orçamental, da Cultura e Educação e das Petições não têm membros titulares portugueses. No entanto, os eurodeputados lusos poderão vir a integrar algumas destas comissões como membros suplentes.

** Os grupos políticos podem nomear para cada comissão um número de suplentes igual ao número de membros titulares que os representam nessa comissão. As nomeações dos membros suplentes não vão votadas em plenário.*

Eurodeputados aprovam relatório sobre Pilar Europeu dos Direitos Sociais

O Parlamento Europeu aprovou o relatório da eurodeputada socialista Maria João Rodrigues sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Os parlamentares propõem que seja adotada uma diretiva sobre condições de trabalho dignas em todas as formas de emprego, incluindo as atípicas, como o trabalho intermediado por plataformas digitais. Regimes adequados de rendimento mínimo, medidas de combate à pobreza infantil e o fim dos estágios profissionais não remunerados são outras das recomendações feitas no relatório.

“Há hoje muitos cidadãos europeus que se sentem desprotegidos face à concorrência global, à revolução digital e às políticas de austeridade. Com este Pilar Europeu dos Direitos Sociais pretendemos reativar a União Europeia como escudo protetor, garantindo direitos sociais de base para todos quando se definem acordos comerciais, a política orçamental ou a regulação do mercado de trabalho”, disse Maria João Rodrigues, cujo relatório foi aprovado em plenário com 396 votos a favor, 180 contra e 68 abstenções.

“Apresentamos um conjunto de propostas concretas na defesa dos trabalhadores e cidadãos europeus, em particular dos jovens, contra as políticas de austeridade e contra a precariedade, através do investimento em mais e melhor emprego e em serviços que permitam a melhoria das condições de vida. Só assim o projeto europeu voltará a fazer sentido para os seus cidadãos. Este Pilar Social vai ter de ser inscrito no Roteiro para a União Europeia aprovar no Conselho Europeu de março, numa altura que assinalamos os 60 anos do Tratado de Roma”, acrescentou a eurodeputada.

Condições de trabalho dignas em todas as formas de emprego

O Parlamento Europeu quer que as normas laborais e sociais da UE sejam atualizadas e que sejam desenvolvidos os meios necessários para a obtenção de resultados concretos.

A nível legislativo, os eurodeputados solicitam à Comissão que apresente uma proposta de diretiva-quadro sobre condições de trabalho dignas em todas as formas de emprego, alargando as atuais normas mínimas a novos tipos de relações de trabalho, como os associados à digitalização e a outros progressos tecnológicos. Entre as formas de emprego “atípicas” inclui-se, por exemplo, o trabalho intermediado por plataformas digitais.

Esta diretiva-quadro deve garantir a todos os trabalhadores “*um conjunto essencial de direitos, independentemente do tipo de contrato ou da relação de trabalho*”, diz o relatório.

Maria João Rodrigues quer ver o fim dos estágios profissionais não remunerados e dos contratos de “zero horas”.

Regimes adequados de rendimento mínimo

O relatório realça a importância de regimes adequados de rendimento mínimo para salvaguardar a dignidade humana e lutar contra a pobreza e a exclusão social, bem como o seu papel enquanto forma de investimento social.

O Parlamento Europeu solicita à Comissão e aos Estados-Membros que procedam a uma “*avaliação dos regimes de rendimento mínimo*” na UE, verificando, em particular, se estes regimes permitem às famílias satisfazer as suas necessidades.

Os eurodeputados pedem-lhes também que avaliem o modo e os meios de garantir um rendimento mínimo adequado em todos os Estados-Membros e que ponderem outras medidas a favor da convergência social em toda a UE, tendo em conta a situação económica e social de cada Estado-Membro.

Salário mínimo nacional

O relatório recomenda “*a introdução de limites mínimos salariais sob a forma de salário mínimo nacional*”. O objetivo de se alcançar pelo menos 60 % do salário mediano nacional foi, no entanto, rejeitado em plenário com 336 votos contra, 295 a favor e 37 abstenções.

Garantias para a infância e para a juventude

Os eurodeputados propõem medidas de fundo para combater a pobreza infantil, com a criação de uma “*Garantia para a Infância*”, e a exclusão económica dos jovens, através do reforço da “*Garantia para a Juventude*”.

O relatório defende ainda a introdução de uma “*Garantia de Qualificações*”, que possibilite uma maior integração no mercado de trabalho de jovens e desempregados de longa duração, e a apresentação de propostas legislativas a nível europeu sobre licença parental.

Proposta esperada na primavera

A Comissão Europeia, liderada por Jean-Claude Juncker, deverá apresentar esta primavera uma proposta relativa a um Pilar Europeu dos Direitos Sociais que promova o bom funcionamento de mercados de trabalho inclusivos e sistemas de proteção social nos Estados-Membros participantes e que sirva de orientação para uma nova convergência na zona euro.

O Parlamento, diretamente eleito pelos cidadãos europeus, tem uma responsabilidade fundamental e um papel a desempenhar na definição e na adoção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

No relatório hoje aprovado, os eurodeputados apelam à inserção de um protocolo social nos Tratados quando estes forem revistos, a fim de reforçar os direitos sociais fundamentais relacionados com as liberdades económicas.

Intervenção de Eurodeputados Portugueses:

Maria João Rodrigues (S&D), relatora “*Mr President, the European Parliament will adopt today the most important political initiative for developing a social dimension during this legislature, and for giving citizens the means to get control of their lives and restoring trust in the European Union project. The European Parliament wants this to be a central priority in the roadmap for the future of the European Union to be adopted at the next summit in Rome on 25 March. We must put the social dimension at the heart of this roadmap for the future of the European Union.*

This European Parliament report is based on very long work by our Members, and also involving many other stakeholders across Europe who were extremely active in building up a new vision for the social dimension of the European Union. So first of all I would like to thank all of you. Now is the moment, once the report is adopted, for the Commission to come also

with a bold proposal, to put it on the table at the Council of Ministers, and finally on the table of the European Council. The European Parliament will stand ready to set this deal with the Commission, the Council, and the European Council.

We must have a vision of a social dimension able to cope with the current challenges, which are not only global competition and ageing trends, but also a very important digital revolution, and internal problems and internal divergences in the eurozone. This report must become a turning point when updating social standards and security and fundamental social rights for all European citizens. This pillar should address the entire European Union. First of all, by giving children a real guarantee to avoid poverty; delivering a strong Youth Guarantee; and organising the transition between education and employment in such a way that we make the best of the youngest generation in Europe.

We need also to make sure that all workers, whatever their jobs, can count on a clear contract with social rights, decent working conditions and full access to social protection; and we want all citizens to have a European social security card and a personal account where they will build their rights to social protection. The skills guarantee must become a new social right for the 21st century.

Finally, we must ensure that women and men can reconcile their working life with family life, using not only childcare services but all the leave schemes we need to legislate the plan. We want poverty to be tackled with more effective minimum-income schemes all over Europe. These are key issues for this pillar, but we want the means to deliver, and the means are labour legislation, changing the way the European Semester works, and addressing the financial means we need to have to implement all these social standards”.

Sofia Ribeiro (PPE) *“Senhora Presidente, cara Colega Maria João Rodrigues, há muitos pontos de convergência entre o PPE e os socialistas relativamente ao projeto europeu. Assim tem sido ao longo da história desta instituição. Concordamos que as políticas económicas têm que ter um efeito social positivo, que deve haver um financiamento adequado das políticas e programas europeus. Concordamos que a convergência económica não foi acompanhada pela ambicionada convergência social.*

A questão central reside nos mecanismos que devem ser ativados para que haja uma harmonização também a nível social, dando cumprimento ao projeto europeu. Mas há pontos que nos separam, Senhora Deputada. Para podermos contribuir para o desenvolvimento da Europa não podemos deixar de ter em conta o funcionamento da mesma, de considerar quais as competências da Comissão e quais as competências dos Estados-Membros, porque se não o fizermos estaremos a fazer promessas vãs aos nossos concidadãos. Não conte comigo para propostas demagógicas, tão arbitrárias que se tornam vazias, nem que põem em causa a soberania dos Estados-Membros ou desrespeitem os parceiros sociais.

Enquanto a Senhora andou, nas últimas horas, a fazer conferências de imprensa a acusar o PPE de perverter o seu relatório, nós andávamos a negociar para que possamos aprovar daqui a pouco um pilar social europeu. Sem as emendas do PPE tal não teria sido possível. Fizemo-lo, porque o que nos move não são as tricas partidárias, o que nos move é a defesa dos interesses dos cidadãos europeus”.

João Pimenta Lopes (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, o ataque aos direitos sociais na Europa tem sido promovido ao longo de décadas pela direita e social-democracia e decorre da vossa matriz de classe. Estão preocupados com o défice social na Europa? Defendam a regulação dos horários de trabalho, a jornada de trabalho que não ultrapasse as 8 horas. Salário igual para trabalho igual, o fim de qualquer forma de trabalho precário, a contratação coletiva e o papel das organizações de trabalhadores, o aumento real de salários e uma justa e efetiva distribuição da riqueza, a segurança social pública universal e solidária, propostas que não se encontram neste relatório.*

Este pilar social abre o caminho da harmonização laboral, da harmonização dos sistemas de proteção e segurança social. Será mais um logro que prosseguirá a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores, reduzir os padrões dos direitos laborais e sociais subjugados aos mecanismos da governação económica e do euro, alimentando as políticas de empobrecimento e exploração. Não se pode fazer lavagem social de um edifício antissocial e esperar que daí resulte progresso”.

António Marinho e Pinto (ALDE) “O chamado “Pilar Europeu dos Direitos Sociais”, tal como foi aqui apresentado pela relatora Maria João Rodrigues, deve ser encarado como a pedra angular da coesão europeia. Entre esses direitos sobressai, naturalmente, o direito a um salário mínimo europeu, ou seja a um limite abaixo do qual não seja permitido remunerar o trabalho. Os direitos sociais são hoje uma das dimensões fundamentais dos direitos humanos e estes, no seu conjunto, só poderão realizar-se historicamente se as necessidades básicas das pessoas estiverem satisfeitas.

Por isso, o combate à pobreza assume hoje, neste contexto, um significado estratégico não só pelos seus efeitos no crescimento económico, mas sobretudo como fator relevante de paz social. A pobreza acaba sempre por gerar violência”.

Parlamento Europeu quer nova “*lista negra*” de países de risco de branqueamento de capitais

O Parlamento Europeu rejeitou a lista proposta pela Comissão dos países terceiros de risco elevado de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo. Os eurodeputados consideram que a lista é demasiado restritiva e pedem à Comissão que seja mais ambiciosa, incluindo também as jurisdições que podem estar envolvidas em crimes fiscais.

A diretiva europeia antibranqueamento de capitais, aprovada em 2015, estabelece que a Comissão deve identificar os “*países terceiros de risco elevado*” que apresentem deficiências estratégicas nos respetivos regimes antibranqueamento de capitais e de combate ao financiamento do terrorismo que constituam uma ameaça significativa para o sistema financeiro da UE.

Em julho do ano passado, a Comissão apresentou um projeto de ato delegado que identifica, pela primeira vez, os países terceiros de risco elevado. Esta lista é relevante dado que, com base na identificação feita pela Comissão, as entidades abrangidas pela diretiva antibranqueamento de capitais devem aplicar medidas de diligência reforçada quanto à clientela ao estabelecerem relações de negócio ou ao efetuarem transações com pessoas singulares ou entidades jurídicas estabelecidas nos países designados.

“A maioria dos membros das duas comissões parlamentares [dos Assuntos Económicos e da Justiça e Assuntos Internos] considera que a lista dos países terceiros de risco elevado apresentada pela Comissão é completamente inadequada. Esta lista é muito limitada. Nem sequer menciona as jurisdições fiscais não cooperantes e não tem em conta as revelações dos Documentos do Panamá”, disse uma das autoras da resolução aprovada em plenário por 393 votos a favor, 67 contra e 210 abstenções, Judith Sargentini (Verdes/ALE, NL).

“Queremos que a Comissão seja mais ambiciosa e que não se limite a copiar a lista elaborada pelo Grupo de Ação Financeira Internacional”, acrescentou a eurodeputada.

Algumas disposições da quarta diretiva antibranqueamento de capitais estão atualmente a ser revistas. Os relatores do Parlamento Europeu pretendem alargar os critérios nos quais a avaliação da Comissão se deve basear para melhor identificar os países terceiros de risco elevado.

Ordem do dia 16 a 19 Janeiro de 2017

► Segunda-feira, 16 de Janeiro

18:00 - 19:00

Comunicação das candidaturas para a eleição do Presidente

► Terça-feira, 19 de Janeiro

09:00 - 12:00

Breves apresentações dos candidatos à eleição para o cargo de Presidente
Eleição do Presidente do Parlamento

13:00 - 15:00

Eleição do Presidente do Parlamento

17:00 - 19:00

Eleição do Presidente do Parlamento

20:00 - 23:00

Eleição do Presidente do Parlamento

► Quarta-feira, 18 de Janeiro

09:00 - 11:00

Eleição dos Vice-Presidentes do Parlamento

11:00 - 13:00 VOTAÇÃO

Ordem de trabalhos

VOTAÇÃO

Composição numérica das comissões permanentes - *Proposta de decisão 3*

DEBATE PRIORITÁRIO

Programa de atividades da Presidência maltesa - *Declarações do Conselho e da Comissão*

13:30 - 14:30

Eleição dos vice-presidentes do Parlamento

15:00 - 16:30

Conclusões da reunião do Conselho Europeu de 15 de dezembro de 2016 - *Declarações do Conselho Europeu e da Comissão*

16:30 - 17:00

Eleição dos vice-presidentes do Parlamento

OU

Eleição dos Questores do Parlamento

18:00 - 18:30

Eleição dos questores do Parlamento

19:00 - 19:30

Nomeações nas comissões - *Anúncio da proposta de decisão da Conferência dos Presidentes*

Eleição dos questores do Parlamento

20:00 - 20:30

Eleição dos questores do Parlamento

20:30 - 23:00

Ponto da situação das negociações sobre o imposto sobre as transações financeiras - *Declaração do Conselho*

Ajuda de emergência para refugiados e migrantes que enfrentam condições climáticas rigorosas nos campos europeus - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Breve apresentação do seguinte relatório:

Logística na UE e transporte multimodal nos novos corredores da RTE-T - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0384/2016)*

► **Quinta-feira, 19 de Janeiro**

09:00 - 11:50

Pilar Europeu dos Direitos Sociais - *Relatório: Maria João Rodrigues (A8-0391/2016) 6*

Debates sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

A Indonésia, nomeadamente os casos de Hosea Yeimo, Ismael Alua e do Governador de Jacarta

A República Centro-Africana

Situação no Burundi

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Propostas de resolução relativas ao debate sobre casos de violação dos direitos humanos, da democracia e do primado do direito (artigo 135.º do Regimento)

Acordo de Estabilização e de Associação UE-Kosovo: procedimentos de aplicação - *Relatório: Adam Szejnfeld (A8-0361/2016)*

Importações de produtos têxteis de determinados países terceiros não abrangidas por regras específicas de importação da União - *Relatório: Hannu Takkula (A8-0311/2016)*

Celebração do Acordo de continuação das atividades do Centro Internacional de Ciência e Tecnologia - *Recomendação: Elmar Brok (A8-0363/2016)*

Nomeações nas comissões - *Proposta de decisão*

Regulamento Delegado da Comissão que altera o Regulamento Delegado (UE) 2016/1675 da Comissão que completa a Diretiva (UE) 2015/849 mediante a identificação dos países terceiros de risco elevado que apresentam deficiências estratégicas - *Proposta de resolução*

Logística na UE e transporte multimodal nos novos corredores da RTE-T - *Relatório: Inés Ayala Sender (A8-0384/2016)*

Pilar Europeu dos Direitos Sociais - *Relatório: Maria João Rodrigues (A8-0391/2016)*

Enfrentar os desafios da aplicação do Código Aduaneiro da UE - *Propostas de resolução*

15:00 - 16:00

Construir uma economia de dados europeia - *Declaração da Comissão*